



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel. 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

Butiá, 16 de março de 2021.

SENHOR PRESIDENTE:

Pela presente, estamos encaminhando a essa Casa Legislativa, o Projeto de lei em anexo, que Institui o "Programa Quita Butiá", dispondo sobre o programa temporário de pagamento incentivado de débitos para com a Fazenda Pública do Município e a concessão temporária de anistia de multa e juros sobre a cobrança de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, e dá outras providências.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores, o referido projeto se faz necessário, o referido projeto se faz necessário, tendo em vista as medidas e ações do Município que visam minimizar o impacto da transmissão da Covid-19, e suas consequências aos contribuintes do Município, prorrogando assim as datas de vencimentos de Impostos e Taxas, do exercício fiscal de 2021.

Isto posto, Senhores Vereadores, solicitamos a essa Casa Legislativa a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,


DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro – Butiá
Tel. 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

PROJETO DE LEI Nº _____

INSTITUI O "PROGRAMA QUITA BUTIÁ",
DISPONDO SOBRE O PROGRAMA TEMPORÁRIO
DE PAGAMENTO INCENTIVADO DE DÉBITOS PARA
COM A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO E A
CONCESSÃO TEMPORÁRIA DE ANISTIA DE MULTA
E JUROS SOBRE A COBRANÇA DE CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS, INSCRITOS
OU NÃO EM DÍVIDA ATIVA, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, as medidas e ações do Município que visam minimizar o impacto da transmissão da Covid-19, e suas consequências aos contribuintes do Município;

CONSIDERANDO as disposições dos Decretos Municipais nº 0035, 0037, 0038, 0041 e 0042, todos do mês de março de 2020;

CONSIDERANDO a declaração do estado de emergência e posterior estado de calamidade pública no território do município de Butiá,

CONSIDERANDO o surpreendente e inesperado avanço da contaminação pela Covid 19, que determinou inclusive o uso de protocolos referentes a bandeira preta em todo o Estado do Rio Grande do Sul, durante o mês de março e com previsão de permanência no início de abril do corrente ano;

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa temporário de pagamento incentivado de débitos para com a Fazenda Pública do Município de Butiá, denominado "Quita Butiá", concedendo durante a vigência desta Lei, anistia de Multas e Juros de Mora, a contribuintes inadimplentes com a Municipalidade, com o objetivo de recuperar créditos tributários e não-tributários, em conformidade com o disposto nesta Lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder anistia de 100% na multa e juros de mora para os contribuintes que efetuarem o pagamento da dívida referente a créditos tributários e não-tributários devidos perante a Fazenda Pública do Município, inscritos ou não em dívida ativa, parcelados ou não.

Parágrafo único. Terão direito a anistia prevista no artigo 2º os débitos pendentes até o exercício de 2020, ajuizados ou não.

Art. 3º - Os débitos relativos a créditos tributários e não tributários deverão ser considerados de forma individual, pela sua natureza e período, e não pela totalidade da dívida do contribuinte



Prefeitura Municipal de Butiá

Rua do Comércio, 590 – Bairro Centro - Butiá
Tel.: 51 3652 9400 – www.butia.rs.gov.br

§ 1º - O valor do(s) débito(s) apurado(s) pelo setor de tributos da Administração Municipal, poderá ser pago em uma única vez dentro do mesmo mês da apuração, ou de forma parcelada.

§ 2º - O contribuinte que aderir ao parcelamento e não proceder ao regular pagamento perderá todos os incentivos decorrentes desta lei, voltando o débito ao valor original com desconto de valores parciais eventualmente pagos.

§ 3º - O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado, que tenha contra si demanda judícia relativo a tais débitos, terá o processo suspenso até o prazo previsto para quitação do débito.

Art. 4º - O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com os meios de comunicação local, a divulgação e o chamamento do contribuinte à adesão ao programa.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto particularidades, no que couber, a presente Lei, inclusive acerca de atendimento diferenciado pelos setores envolvidos no recebimento dos valores.

Art. 7º - Fica autorizado o reparcèlement de acordos judiciais referente a créditos tributários e não-tributários administrativamente.

Parágrafo Único - Ficará a cargo da procuradoria, assim que oficiados pelo Núcleo de Tributação, informar os autos da execução fiscal qualquer alteração que o parcelamento por acordo judicial venha a sofrer administrativamente, para a devida homologação judicial.

Art. 8º - Fica revogada a Lei 3.350 de 31/07/2018.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até o dia 23 de dezembro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em,


DANIEL PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Em,


EDILSON NUNES FRANCISCO
Secretário Municipal de Administração